

Objetivo é estudar moedas digitais emitidas por bancos centrais (central bank digital currency - CBDC) e avaliar benefícios e impactos da eventual emissão do Real em formato digital

Objeto de estudo mundial, a emissão de moeda digital por bancos centrais (*central bank digital currency* - CBDC) pretende evoluir o suporte físico de moedas fiduciárias para o meio eletrônico. Com o intuito de antever o futuro das relações financeiras, o Banco Central decidiu criar um grupo de trabalho para discutir impactos de uma eventual emissão de moeda digital no Brasil.

Com a evolução tecnológica, os sistemas de pagamento foram digitalizados e deixaram de usar papel. “A quantidade de pagamentos eletrônicos vem crescendo nos últimos anos, graças, especialmente, à evolução da tecnologia de dispositivos e comunicação móveis. Porém, nosso dinheiro continua materializado em papel e círculos de metal, não existindo, ainda, nenhuma representação digital do dinheiro acessível ao cidadão. Então, uma moeda digital emitida por banco central permitiria que o brasileiro interagisse com seu dinheiro de uma forma completamente eletrônica”, explica o coordenador do grupo de estudo, Aristides Andrade Cavalcante Neto, do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf) do Banco Central.

Rafael Sarres de Almeida, também do Deinf e coordenador alternativo do grupo de estudo, destaca que “o assunto moedas digitais emitidas por bancos centrais está na pauta de pesquisa de muitos bancos centrais já há algum tempo, porém, neste ano, houve um foco maior em uma abordagem mais prática. A China já entrou na fase final de testes de sua moeda digital e muitas autoridades monetárias anunciaram novos projetos”. Segundo Rafael, a iniciativa do Banco Central visa aprofundar os estudos “sobre o futuro de nossa moeda. É importante frisar, porém, que a aprovação do grupo não significa que haverá a emissão de uma moeda digital pelo BC, mas que a autoridade monetária estudará o assunto e dará uma resposta à sociedade sobre o tema.”

Estudar o modelo de emissão de moedas digitais é fundamental para compreender o fenômeno e os seus potenciais impactos. É o que acredita Arnaldo Francisco Vitaliano Filho, do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef) do Banco Central. “O grupo de trabalho vai nos permitir avaliar possíveis implicações em áreas como inclusão financeira, crescimento econômico, inovação tecnológica e aumento de eficiência de transações, e, assim, dar mais clareza sobre o tema ao BC”, afirma.

Objetivos

Entre os objetivos do grupo estão a proposição de modelo de emissão de moeda digital, com identificação de riscos, incluindo a segurança cibernética, a proteção de dados e a aderência normativa e regulatória e análise de impactos do CBDC sobre a inclusão e a estabilidade financeiras e a condução das políticas monetária e econômica.

Acrônimo para “*Central Bank Digital Currency*” ou moeda digital emitida por banco central, em Português, CBDC é um suporte digital da moeda soberana de um país, em nosso caso o Real, que atualmente só possui suporte físico (cédulas e moedas).

Benefícios

Segundo Bruno Batavia, do Departamento do Meio Circulante (Mecir) do Banco Central, também na equipe do grupo de estudo, dentre os potenciais benefícios de uma moeda digital emitida por banco central para a sociedade, “o primeiro seria a redução do custo de emissão e manutenção do numerário, cédulas e moedas que circulam na economia”. O custo estimado do ciclo do dinheiro considerando a emissão, custódia, distribuição, manuseio pelo comércio, recolhimento, descarte e demais custos indiretos é de aproximadamente R\$ 90 bilhões por ano, em linha com demais países, tendo em vista que costuma variar entre 1% e 2% do PIB, de acordo com o tamanho e particularidades de cada economia.

Cidadania financeira

Além da redução de custo, uma moeda digital pode impulsionar um dos objetivos estratégicos do Banco Central do Brasil, a cidadania financeira. “Uma moeda eletrônica pode facilitar a guarda e uso do dinheiro de forma mais segura do ocorre hoje, além de criar ferramentas de política monetária”, aponta o coordenador da equipe, Aristides Andrade Cavalcante Neto.

Fonte: Banco Central do Brasil, em 21.08.2020